**Breve relato de pesquisa documental para construção de uma Campanha de Sensibilização e combate ao trabalho escravo contemporâneo na Baixada Maranhense**

*Rafael Passos de Melo[[1]](#footnote-1)*

*Rosana de Oliveira Pires[[2]](#footnote-2)*

*Flávia de Almeida Moura[[3]](#footnote-3)*

O presente estudo parte do plano de trabalho aprovado pelo PIBIC/CNPq no ano de 2019, que tem por intuito produzir uma Campanha de Sensibilização e Prevenção ao Trabalho Escravo Contemporâneo na Baixada Maranhense. Visando identificar as principais formas de aliciamento para o trabalho escravo na região, dando ênfase aos municípios de Pinheiro, Santa Helena, Penalva e Viana,  por intermédio desta pesquisa se busca traçar o perfil dos públicos envolvidos ao explorar temáticas relacionadas às práticas discursivas que constituem representações desses trabalhadores. Para tanto, serão dispostas análises prévias apresentadas em referenciais bibliográficos e textos que pontuem como objeto comum questões relacionadas ao trabalho, reconhecendo seu caráter amplo e que sofre interferências contextuais. Entre esses, Moura (2016) que versa sobre como a participação da mídia nas representações dos sujeitos pode mobilizar suas identificações sobre a temática e Esterci (1994), que desenvolve um estudo sobre como as relações de exploração colocam indivíduos no limite da desumanização dentro do mundo do trabalho. Também como fontes da pesquisa documental, serão utilizados dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para caracterizar o contexto socioeconômico da região estudada e feito um levantamento das principais campanhas já realizadas sobre essa temática e com esse público junto às entidades do movimento social, a exemplo do Programa “Escravo, nem pensar!” desenvolvido pela ONG Repórter Brasil e da campanha “De Olho aberto para não virar escravo”, da CPT (Comissão Pastoral da Terra). Com isso, levando em consideração a importância das práticas comunicativas na construção da base informativa da população, como produto final deste trabalho será produzida uma campanha de sensibilização e combate ao trabalho escravo destinada aos municípios da Baixada Maranhense supracitados com produção de *spots* a serem veiculados em rádios comunitárias e comerciais da região.

**Palavras-chave**: Comunicação. Sensibilização. Trabalho escravo contemporâneo. Baixada Maranhense.

**Introdução**

O ponto de vista clássico sobre a escravidão pontua que sua abolição se dera em 13 de maio de 1888, após mais de três séculos de castigos corporais e simbólicos aos negros que foram postos na condição de escravizados. Todavia, apesar de todos os esforços investidos na superação de uma herança maldita, construída por preceitos patrimonialistas, ainda assim, o Brasil conserva em sua estrutura inúmeras permanências de tais práticas.

Tendo suas dignidades violadas pelo perfil truculento de seus algozes no período, os escravizados tiveram suas identidades suprimidas, além de serem submetidos a exaustivas jornadas de trabalho e condições precárias nas senzalas às quais estiveram alojados.

Ao longo dos anos pós-escravidão se percebem características que reverberam ações que implicam na retomada do debate se a escravidão teria sido realmente extinta no ano de 1888. Repaginados pelo conceito de escravidão contemporânea, atualmente sociólogos, comunicadores, geógrafos, historiadores, entre outros profissionais dos mais variados campos do conhecimento se concentram em esforços interdisciplinares para compreender tal realidade.

Em observância a tais fatores e como esses se tornam recorrentes por diversas causas, pesquisas como essas visam escutar as múltiplas vozes desses trabalhadores, visando perceber seus diferentes afetos sociais e condições subjetivas que o levaram aos “gatos”.

Encantados por promessas de melhorias de vida e expectação de garantias para a família que fica, os trabalhadores são seduzidos por retoricas carregadas de persuasão, ainda mais em espaços em que as possibilidades de ingressar no mercado de trabalho se fazem altamente escassas.

De acordo com as novas dinâmicas da vida social assimiladas nos últimos anos, com a introdução de novas tecnologias, por exemplo, se tem por intuito contribuir por meio dessa pesquisa, com a construção de uma Campanha de Sensibilização contra o Trabalho Escravo na região da Baixada Maranhense, microrregião que apresenta altos índices de deslocamento de trabalhadores para outras regiões do Maranhão e do Brasil.

Com o intuito de problematizar o pensamento simplista que rege boa parte da população, que considera como caso encerrado a escravidão no Brasil, este estudo parte de revisões bibliográficas em meio ao arcabouço teórico de pesquisas já realizadas por Moura (2016), Silva (2014), Ferreira (2016) e Esterci (1994).

Para o desenvolvimento desta, também se fez necessário estabelecer pesquisas ao que se refere às ideias fundamentais acerca da problemática, bem como as que se fazem relacionadas ao conceito de mobilização social e comunicação popular, ambos tratados por Henriques (2007).

Diante de um debate que é atravessado por desdobramentos sociais, culturais e políticos, bem como por interferências de instâncias governamentais e órgãos dos mais diversos setores, há de se analisar como ocorrem as negociações que resultam em benefícios, assim como nos reconhecimentos que se fazem negados.

Ao identificar as persistências de imagens no tempo, que traduzem sobrevivências de determinadas formas de exploração que remetem aos tempos da escravidão que foram promovidas entre os séculos XVI ao XIX, esquadrinha-se por meio de apurações, pontos que se assemelham a esses tristes episódios.

**As atuações dos mecanismos constitucionais e legais e a participação das campanhas contra o trabalho escravo contemporâneo**

A despeito do que se faz afirmado na Carta Magna promulgada em 5 de outubro de 1988, que eleva a liberdade como direito fundamental aos brasileiros e estrangeiros, segundo seu Artigo 5º, inúmeras atrocidades ainda são observáveis ao que se refere a supressão de tal garantia.

Reconhecendo em seus princípios e regras a demonstração da extrema relevância para uma convivência social saudável, este instrumento segue priorizando a integridade de cidadãos e cidadãs, por meio do viés democrático que a sustenta.

Não obstante, as constantes acusações de formas de subversão de direitos que corrompem garantias fundamentais, como a liberdade de ir e vir, que põem indivíduos em situações degradantes, traça um paradoxo demonstrando as contradições vivenciadas.

Em face de condutas que desafiam as proibições constitucionais, seja em âmbito nacional ou internacional, ainda assim observam-se um vasto numero de violações de direitos humanos no Brasil, por meio de denúncias associadas às condições análogas ao trabalho escravo.

Por entre diversas investidas do Poder Público e de organizações não-governamentais, são apresentadas diversas investigações a respeito de trabalhadores expostos ao trabalho forçado, muitas vezes em condição de servidão por dividas, essas as quais os impossibilitam de sair de tal espaço, devido as ameaças do patronato.

Primeiramente, se faz necessário entender que o trabalho escravo se faz para além de irregularidades trabalhistas, como baixas renumerações, mas permeiam também ações que resultam em humilhações e ameaças a integridade física. Perante os maus-tratos, a violência física e simbólica, as precárias condições de alimentação e alojamento, esses indivíduos permanecem submetidos a repressão e ao excesso da fadiga pelas exaustivas jornadas de trabalho.

O movimento contra as causas e efeitos do trabalho escravo contemporâneo perpassa metas de visibilidade pública, assim como politicas de conscientização, em busca da emancipação desses sujeitos, não apenas no que tange ao desligamento dos espaços que o condicionaram a tais situações, mas também abrindo novas possibilidades de recomeço. Logo, surgiram iniciativas especializadas em questões relacionadas ao trabalho escravo, como as que são promovidas pela Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo “De olho aberto para não virar escravo”, criada no ano de 1997 e coordenada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Entre os pesquisadores que despontam estudos sobre tais temáticas serão trazidos os apontamentos trazidos por Moura (2016), Silva (2014) e Ferreira (2016) em virtude do seu foco em estudos sobre políticas de conscientização contra essas práticas.

Estudos como esses levam em consideração a multiplicidade de suas historias e entendimentos sobre o que seria a escravidão na contemporaneidade, para além de definições já conhecidas pelo domínio público.

Ao identificar que o termo é permeado por variações em suas formas de classificação e que muitas vezes se faz naturalizado pela comunidade ou grupo que o vivencia, Esterci (1994) versa que:

As classificações se fazem de acordo com o contexto, os critérios e as posições dos diversos atores envolvidos ou que se pronunciam em casa caso. É mais provável que entidades de defesa de direitos humanos, representantes de organização de trabalhadores, trabalhadores e seus advogados concordem entre si quanto à caracterização e ao enquadramento legal de uma situação. É provável também que discordem de representantes de órgãos públicos e empregadores em virtude de suas respectivas posições na cena politica. Mas observa-se que não há consenso necessário entre atores que ocupam posições estruturais semelhantes. Podem ser diferentes, por exemplo, as atitudes e as percepções expressas por instâncias e órgãos governamentais, num mesmo momento ou em momentos diferentes. Entidades não-governamentais também podem não ter chegado a acordos definitivos quanto aos critérios mais adequados de conceituação legal e quanto à melhor forma de encaminhamento institucional das questões em pauta. Mesmo entre trabalhadores de uma unidade produtiva, registram-se percepções diferentes acerca da dominação e da exploração a que estão sujeitos. (ESTERCI, 1994, p.11)

Em meio às desigualdades sociais que engendram dividas capazes de imobilizar trabalhadores, sonegando garantias como o direito de ir e vir, através da coação e subordinação extrema, impondo repressões que levam à dependência, o trabalho escravo contemporâneo pressupõe novas formas humilhação, diferentes das vistas outrora, como se dá com a criação de dívida. Sobre isso, Esterci (1994) segue em seus apontamentos:

Para “criar” a dívida vale até mesmo fazer constar dos contracheques o uso da água, da energia elétrica, a aquisição de marmitas, talheres e colchões como débitos aos funcionários. Ora, o anúncio da dívida já representa um constrangimento, pois o trabalhador preferiria não sair devendo; além do mais, experimenta um sentimento de humilhação ao voltar para casa sem nada para apresentar á família que compense a longa ausência. (ESTERCI, 1994, p.66)

Diante disso, em ações que visam resgatar cidadanias, campanhas como o “De Olho aberto para não virar escravo” da CPT e a “Escravo nem pensar”(ENP!) da ONG Repórter Brasil tratam de temáticas sérias e relevantes de modo didático e dialógico, aptas aos mais diversos públicos.

Segundo Silva (2014), aponta-se de acordo com os dados estatísticos da CPT, foram encontrados 2.874 trabalhadores em condições análogas á escravidão, no ano de 2013.

Ao debruçar nos estudos apresentados por Moura (2018) sobre a realidade maranhense, são pensadas as múltiplas possibilidades alçadas pelo ato de migrar, sobre quais seriam as propostas e destinos mais atrativos, em busca de atividades que se tornassem mais rentáveis. Acerca disso, a autora observa que:

No caso do Maranhão, o deslocamento mais comum é para trabalhos de diária ou empreitada em grandes fazendas de gado. Vão também para outros estados brasileiros em atividades de agronegócio ou atividades da construção civil espalhadas em grandes obras, sobretudo nas regiões central, sudeste e sul do Brasil. (MOURA, 2018, p.2)

Ao ser visualizado como um estado carregado de conflitos em virtude da concentração de grandes porções de terras nas mãos de latifundiários, o Maranhão em 2012 seguia contabilizando 252 casos de conflitos de terra, do qual participavam cerca de 65 mil pessoas, segundo dados trazidos pelo CPT. (MOURA, 2018)

A forte influência de uma conjuntura modernizadora que atuou em diversos estados brasileiros não se dera de modo diferente em terras maranhenses, resultando em diversos episódios de violências no campo. A alocação da politica de monocultura, remodelando a concepção agrária no Maranhão levou a diversos embates em um contexto de grandes empreendimentos agropecuários.

O conflito de interesses e desigualdades se faz tamanho que se levantam discussões em paralelo. Ao serem pensados os modos como às terras têm sido reconfigurados, partindo desses novos usos, é refletido em conjunto, a forma como essa lógica de economia familiar trazido pela propriedade camponesa se faz ameaçada pela violência do campo, quando se insere em um universo capitalista.

Retomando a questão da migração, antes de tudo se faz necessário retomar a perspectiva que este estudo não visa generalizar motivações ao que se refere às migrações de trabalhadores. Todavia, se busca compreender que fatores se tornam agentes que fazem tais indivíduos visarem novos paradigmas de vida e renda partindo para outras localidades.

Neste estudo pretende-se apreender que as trajetórias individuais se fazem envolvidas por particularidades e regularidades e que as percepções sobre um grupo ou comunidade nem sempre é coeso e atende às formas especificas de lidar com uma problemática.

Diante dessa complexa escolha pelo ato de migrar, se observam em meio aos estudos tratados por Moura (2018) e Esterci (1994), que essas podem ser atingidas por relações de dominação personalizadas. Por entre fatores objetivos e subjetivos, seja devido à falta de oportunidades ou em busca de complementações de renda, as inúmeras estratégias de sobrevivência visam proporcionar mudanças, principalmente para os que ficam.

Contudo, em muitos casos, as relações trabalhistas desses migrantes se dão segundo contratos verbais sem quaisquer garantias, que expõem esses indivíduos as condições precárias e insalubres de alojamento e jornadas exaustivas com baixíssimas renumerações.

Partindo do objetivo pontuado em linhas anteriores, a Campanha de sensibilização que se intenciona criar com os desdobramentos da pesquisa, necessitou previamente de um estudo sobre como se procedem as atuações de importantes instituições para a politica de combate ao trabalho escravo contemporâneo, entendendo de que modo essas questões são medidas.

Destarte, baseado nas concepções de Henriques (2007) que associa a comunicação a uma transferência de informações, condicionadas por trocas mútuas, o autor produz uma reflexão sobre determinadas interações podem resultar em profundas contribuições para uma transformação social.

Em seus estudos, Lahire (2015) ressalta a importância da necessidade em se perceber as múltiplas realidades que contribuem para determinada maneira de socialização de demandas e formas de pensar o espaço.

Seguindo um fio condutor tecido a partir de uma problemática traduzida pela desigualdade, as particularidades da forma de socializar uma ideia, de se promover identidades e formas de representação não são dadas de modo tão simplório. Sobre isso, o sociólogo argumenta:

Sabe-se que os diferentes momentos de socialização na vida de um individuo não são equivalentes. A sociologia se esforça assim, em diferenciar os tempos e os quadros da socialização, separando particularmente o período de socialização dita “primária”, essencialmente familiar, de todos aqueles que vêm em seguida e que nomeamos como “secundários” (escolas, grupos de pares, universos profissionais, instituições políticas, religiosas e culturais, esportivas, etc.) (LAHIRE, 2015, p. 1397)

Desse modo, compreende-se que os diversos elementos que regem as formas de socialização não se dão a partir de razões similares, mas que cabem às formas de incorporação do individuo que não necessariamente são coerentes entre si e com evidências compartilhadas.

Mediante uma tradição interacionista, ao qual se promovem trocas por meio de tais socializações são articuladas, de tal modo, estratégias comunicativas que fundamentam novos propósitos e sentidos para a mobilização social.

Henriques (2007) ao sinalizar acerca das transformações vivenciadas pela sociedade contemporânea e da inevitabilidade da geração de novos saberes em meio aos novos problemas gerados, nos faz refletir sobre o papel do comunicador diante do cenário de

reinvindicações sociais, tais como as que se fazem assinaladas, na luta contra o trabalho escravo. O autor salienta em suas perspectivas:

Os movimentos sociais, diante deste espaço mediatizado, procuraram transformar as lutas por reconhecimento em lutas por visibilidade. Fazer-se ver e ouvir encontra-se no centro das turbulências políticas do mundo moderno. A busca por visibilidade vem em função da necessidade de que as reinvindicações e preocupações dos indivíduos tenham um reconhecimento público, servindo de apelo à mobilização dos que não compartilham o mesmo contexto espaço/temporal (HENRIQUES, 2007, p. 18)

Assim, partindo disso, colocam-se em questão os desafios de planejar uma comunicação capaz de atender os horizontes da ética no tocante à temática que faz endereçada. Buscando formas de potencializar movimentos e estratégias habilitadas para geração de corresponsabilidades, a difusão informativa assume uma expressiva função para a coletivização do ideal.

Pertinente afirmar que, o ato de coletivizar demandas e ideais está para além de uma divulgação massiva de tal proposta, pois nem sempre essa se resulta em um processo de sensibilização, nem sempre instiga o individuo atingido a participar, a mobilizar-se.

A oportunidade de conhecer o fato, por meio de comunicação dirigida, a exemplo das iniciativas da Campanha “Escravo nem Pensar!”, disseminam a aproximação dos sujeitos, bem como, tornam pública suas ações.

Contudo, ainda assim, haverá àqueles que questionam a existência de modos degradantes de trabalho, esses que se estendem para além das zonas rurais, visto que pesquisas com as trazidas por Silva (2014) que versam sobre sua presença nas áreas urbanas, principalmente na construção civil e têxtil.

De acordo com os dados do CPT, no Brasil são escravizados cerca de 25 mil de trabalhadores rurais ao ano. Tradicionalmente, o trabalho degradante tem sido encontrado nas encontrado nas zonas rurais e entre as principais atividades empregadoras estão a pecuária, os cultivos de cana-de-açúcar, a produção de carvão, mas nos últimos anos têm crescido os números de trabalho em zonas urbana, especialmente na indústria civil e na construção civil. (SILVA, 2014, p.16)

Mesmo com as propostas que remetem a marcantes avanços no combate as formas de condições análogas à escravidão, reveladas pela ação de organizações como a CPT, a ONG Repórter Brasil, assim como do Grupo Especial de Fiscalização Móvel e do Grupo de Repressão ao Trabalho Forçado, os dois últimos formados por auditores fiscais, procuradores do trabalho, policiais federais, o combate às praticas apontadas ainda sofrem com profundos desafios.

Apesar dos flagrantes e denúncias de casos de trabalho escravo, os quais o Maranhão infelizmente se fazia em posição de destaque no ano de 2014, visto como o principal emissor de mão-de-obra que acabam condicionados ao contexto de trabalhadores escravizados, além de ocupar o quinto lugar no ranking estadual dos que foram libertos de tal situação. (SILVA, 2014)

Materializando-se como um instrumento eficaz que engloba fragmentos de componentes obscuros da violência do campo, Ferreira (2016) faz o seu leitor refletir sobre que formatos são reverberados por uma retórica simplista. De tal modo, a pesquisadora sinaliza que:

O ENP! quando assume a missão de prevenir o trabalho escravo moderno, propondo e promovendo ações de educação e eventos culturais, busca uma identidade do projeto. A ideia, a finalidade última do programa é educar para a promoção do trabalho decente, do trabalho que dignifica o homem. A estratégia não é posicionar o trabalhador escravo como “vítima”, como “coitado”, o distanciando cada vez mais da ideia outra de trabalho como sendo princípio promotor da autonomia e da emancipação do homem, mas, antes de tudo, a proposta é informar, pôr em xeque os elementos que compõem um quadro característico de trabalho degradante e fomentar ações de prevenção e combate a essa prática. (FERREIRA, 2016, p. 27)

Assim, inciativas como as que foram aqui brevemente pontuadas neste artigo visam imprimir o protagonismo de instituições, sejam essas governamentais e/ou não-governamentais, que assumiram e assumem posturas combativas contra as marcas profundas deixadas na sociedade pelo trabalho escravo.

Dessa forma, campanhas como a “De Olho aberto para não virar escravo” e a “Escravo nem pensar!” funcionam como ferramentas que primam por mudanças sensíveis do cotidiano, tanto no âmbito rural, quanto em zonas urbanas.

Paralelo aos trabalhos executados pelas campanhas que ganharam ênfase nos últimos anos como suporte de esclarecimentos sobre as condições que trabalhadores se faziam expostos, a atuação de planos de erradicação do trabalho escravo também se fizeram decisivos para alcançar os números de libertos.

Para uma soma considerável de atuações postas por essas, rememoram-se suas influências em conter atuações abusivas no mundo do trabalho, bem como se apreende a necessidade em sua continuidade, contra a manutenção de sabotagem de direitos e sonhos por uma vida melhor.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apontado por estatísticas a níveis nacionais e internacionais de importantes mecanismos de combate como um estado com índices alarmantes de trabalho escravo contemporâneo, bem como na exportação de mão-de-obra que podem ser recrutadas para tais fins, o Maranhão necessita continuamente estar atualizando interlocuções produtivas capazes de construir sujeitos autônomos e conscientes de sua emancipação como cidadão.

Com o crescimento da desigualdade e a queda da renda nos últimos anos, agravados pela crise econômica que se arrasta desde 2014, o alto índice de desemprego, que em janeiro de 2020 atinge mais de 12 milhões de brasileiros, torna os muros sociais ainda mais altos e perversos.

O subemprego que muitos indivíduos se fazem expostos ameaçam em muitos casos garantias fundamentais, no que tange a direitos sociais e trabalhistas.

A Baixada Maranhense, localidade a qual se destina a construção dessa Campanha de sensibilização é uma microrregião da qual partem um considerável número de trabalhadores em busca de oportunidades em outras regiões do Maranhão e do Brasil, fator esse que acabam por expor a muitos riscos.

É importante salientar que esta pesquisa não visa responder a todas as inquietações no entorno da temática, mas que tem por intuito trazer visibilidade aos alarmantes dados diante de um cenário carregado de cortes em importantes áreas que possuem foco no social, em virtude da remodelação das peças do jogo político.

Partindo da premissa que visa evitar falsas equivalências, que comparam elementos descabidos, como a negação do trabalho escravo contemporâneo, em discursos que generalizam argumentações que soluções para tais problemáticas já teriam sido dadas efetivamente, torna pertinente a retomada de debates como esses.

Também por meio desse estudo se buscou estendê-lo para além dos muros acadêmicos, chamando a atenção aos fatos que vem acontecendo nos municípios sinalizados, da mesma maneira que para sua complexidade.

Finalizando, ao acessar concepções de Bourdieu (2006), em face de um poder simbólico que se faz invisível, o sociólogo francês fez seu leitor refletir sobre as estruturas que visam estabelecer consensos sobre as motivações das hierarquizações e distinções sociais visualizadas, vis a vis a uma cultura que une e de mesmo modo a uma cultura que incita separações.

É enquanto instrumentos de estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumento de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço de sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados. (BOURDIEU, 2006, p.11)

Dessa maneira, ao legitimar posições aos indivíduos por meio de sua influência na produção de uma lógica especifica as figuras que assumem a postura dominante no jogo, buscam exercer suas formas de poder, com base na opressão do dominado.

À medida que esse grupo se apropria dos sistemas de classificação, pondo-os de acordo com seus interesses do momento, tais instrumentos atuam em uma transformação do

mundo social, escondendo, em muitos casos, sua responsabilidade no agravamento das desigualdades.

A construção do pensamento social embasada na demanda de racionalização de estruturas se faz evidenciada nesse momento. Ao acompanharmos uma produção ideológica que tenta anular ou trazer pouca visibilidade aos casos de trabalho escravo na contemporaneidade, utilizando narrativas de que as soluções para esse obstáculo ao desenvolvimento já fora postas à mesa é apenas uma delas.

No entanto, a atuação de pesquisadores e profissionais que assumam postura combativa a tal prática se fazem decisivos em relação à busca do ajustamento situacional. Somente com através do conhecimento das causas sobre essas circunstâncias se torna possível superá-las.

Através do reconhecimento do campo político da relevância e urgência da temática, a palavra e ó discurso que mobiliza visam despontar novas formas de representação que faziam construídas no imaginário social.

Em síntese, compreender que em muitos casos a vulnerabilidade de trabalhadores que são escravizados perpassa uma representação na confiança e na boa-fé de outros indivíduos que se demonstram dispostos a ajudar, em um cenário de demarcada desigualdade e de poucas oportunidades se faz vital. Diante dos silêncios e dissimulações das retóricas propagadas que dão a problemática como já resolvida, a sociedade deve manter preocupação constante, visto a possibilidade de recorrência e também de assumir formas repaginadas em outros setores.

Abrindo portas para reflexões mais profundas, pesquisas como essas nos levam a pensar que narrativas foram produzidas sobre esse homem do campo, assim como, a narrativa que se fez direcionada ao individuo que foi posto em condição análoga ao trabalho escravo.

Ponderando que o que se faz negado ao trabalhador está para além de um salário e condições dignas de trabalho, mas que também está sendo suprimida a viabilidade ao acesso

em tornar-se um sujeito composto por direitos e deveres, como se pressupõe de um cidadão completo, o trabalho escravo desvirtua potencialidades a esses.

Assim, esta pesquisa visou amplificar a urgência em se debater possibilidades de realização de politicas públicas capazes de trazer atendimentos efetivos às demandas dos cidadãos para que os mesmos não se exponham circunstâncias como as que aqui foram brevemente apresentadas.

**Referências**

BOURDIEU, Pierre, 1930 – 2002. **O poder simbólico**/ Pierre Bourdieu: tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 9° Ed. – Rio de Janeiro; Betrand Brasil, 2006.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

ESTERCI, Neide. 1941-. **Escravos da desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje**/ Neide Esterci. – Rio de Janeiro: CEDI: Koinonia, 1994.

HENRIQUES, Márcio Simeone. **Comunicação e estratégias de mobilização social.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LAHIRE, Bernard. **A fabricação social dos indivíduos: quadros, modalidades, tempos e efeitos de socialização**/ Bernard Lahire. Educ. Pesqui., São Paulo, v.41, n. especial, p. 1393-1404, dez., 2015.

MOURA, Flávia de Almeida. **Migrações e trabalho: a busca pela sobrevivência de camponeses brasileiros e angolanos**. Relatório pós-doutorado, UFRJ, 2018.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Trabalho escravo e mídia: olhares de trabalhadores rurais maranhenses** / Flávia Almeida de Moura. – São Luis: EDUFMA, 2016.

MOURA, Flávia Almeida, TEIXEIRA, Tadeu Gomes, KELLER, Paulo Fernandes (org.). **Trabalho em contexto de crise: regulação, informalidade e tendências setoriais**/– São Luis: EDUFMA, 2016.

SILVA, Antonio Paiva. **Análise das estratégias de comunicação da Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo da Comissão Pastoral da Terra (CPT)/** Antônio Paiva da Silva. – São Luís, 2014. 73 f.

1. Graduando em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, na Universidade Federal do Maranhão. (rafaelpmelo2@gmail.com) [↑](#footnote-ref-1)
2. Graduanda em Comunicação Social com habilitação em Rádio e TV, na Universidade Federal do Maranhão. (rosanaufma@gmail.com) [↑](#footnote-ref-2)
3. Jornalista, mestre em Ciências Sociais e doutora em Comunicação, é professora adjunta do Departamento de Comunicação e da Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão. (flaviaalmeidamoura29@gmail.com) [↑](#footnote-ref-3)